

JORNAL PETROLEIROS

VALEU A PENA!

PETROBRÁS ANUNCIA REABERTURA DA FAFEN PARANÁ E AVANÇOS NA AMS, MAS MUITOS DIREITOS AINDA PRECISAM SER RETOMADOS





Foto: Paulo Neves / FUP

PRECISAMOS ACELERAR!

Passamos maus bocados, mas viramos a chave. Ao invés de retirada de direitos, transferências forçadas, hibernações, vendas e PDVs, agora falamos em voltar para casa, recompra, novos concursos e assinamos um ACT e uma PLR com avanços. Mas mesmo assim, 2023 pareceu que não passamos da segunda marcha.

2024 começou quase em ponto morto: encerrou o prazo da comissão de limitar a margem sem notícia, a CGPAR foi alterada só em abril e ainda nada de implementação, o GT da Petros sendo prorrogado sem proposta, enquanto dividendos extraordinários são pagos aos acionistas.

Sensação de muita promessa e pouca entrega. Por isso, a FUP indicou à categoria um estado de Greve e mobilizações. Coincidência ou não, na reta final das assembleias os ares mudaram. Finalmente será implementado o 70x30 e HETT a 100%. A margem da AMS será reduzida a 15% e o Gympass para aposentados iniciará esse mês. O fato relevante da volta da Fafen-PR foi publicado e teremos a readmissão de trabalhadores demitidos em 2020, além do CADE alterar sua posição em relação ao refino.

As mudanças precisam continuar, não podemos subestimar a disputa interna da companhia novamente. Precisamos resolver de uma vez por todas os PED, é necessário e urgente acabar com os equacionamentos. Ficamos de negociar ainda na vigência deste ACT, uma regra mais duradoura para PLR e um único Plano de Cargos.

Mas é necessário acelerar a marcha, não podemos dar tempo aos que querem puxar o freio de mão novamente: para isso temos que ir à luta.



Foto: Francisco Proner / MAB

Tragédias como as vividas recentemente no Brasil alertam para necessidade urgente de mudança

A URGÊNCIA DO FUTURO

A necessária transição energética não pode deixar ninguém para trás. Trabalhadores e trabalhadoras têm papel fundamental no caminho rumo a sociedades mais justas e verdes

Por Cloviomar Cararine, técnico da Dieese e assessor da FUP

No dia 05 de junho comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente, data instituída pela ONU com objetivo de chamar atenção para os problemas ambientais e a importância da preservação dos recursos naturais.

A data ganha ainda maior importância neste momento, principalmente pelas “ondas de calor” vividas em várias capitais do país e com a catástrofe vivida pelos moradores do Rio Grande do Sul, ambas como efeitos diretos das mudanças climáticas. Fica assim, cada vez mais latente a necessidade de fazermos uma transição para economias e sociedades mais verdes e neutras em relação à emissão de gases de efeito estufa.

Parte expressiva dessas mudanças deve ocorrer, de forma coordenada entre os países, ainda nas próximas décadas. Caso contrário, diversos biomas serão atingidos de maneira irreversível, gerando graves repercussões para as populações, em especial as mais vulneráveis.

Uma das mudanças em discussão, em todo o mundo e no Brasil, tem sido a Transição Energética Justa. Que a transição energética seja “justa”, significa tornar a economia mais verde de uma forma tão justa e inclusiva quanto possível para todos os envolvidos, criando oportunidades de trabalho decente e não deixando ninguém para trás.

É inegável que o Brasil é ator importante no debate mundial sobre a transição energética, mas precisamos levar em consideração algumas peculiaridades, como: a) nosso maior problema da emissão de gases de efeito estufa é o uso da terra (desmatamento, queimadas, agronegócio e etc.); b) possuímos uma matriz energética muito limpa, com grande consumo de energia renovável e não dependemos muito das energias fósseis; c) temos muito problemas históricos com má distribuição de renda e, ao mesmo tempo, temos possibilidades de desenvolver e se tornar uma potência mundial na geração de energia limpa; d) temos ainda uma imensa reserva de petróleo e gás natural e uma empresa estatal (Petrobrás) muito eficiente na exploração e produção desse tipo de energia; e) há grande possibilidade de redução do consumo de petróleo, mas não irá acabar e continuará como matéria prima de centenas de produtos.

Levando em consideração todos estes fatores, é preciso que o Brasil faça um amplo debate em relação ao processo de transição energética. É fundamental criarmos as condições e aproveitar esta oportunidade, cobrando para que o Estado (União) coordene esse processo, utilizando suas empresas estatais, em especial a Petrobrás, e garantindo as condições para que a transição seja realmente justa para todos.



Foto: Michel Chedid / Agência Petrobras

Transição deve garantir a participação intensa dos trabalhadores

A NECESSIDADE DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA DIANTE DO CENÁRIO DE CAOS CLIMÁTICO

Tragédias climáticas como a do Rio Grande do Sul chamam a atenção para a necessidade urgente de uma Transição Energética Justa, projeto que é defendido pelas representações dos trabalhadores e trabalhadoras

Por Marcelo Aguilar

Tragédias devastadoras como a do Rio Grande do Sul, secas como a que ocorreu na Amazônia em 2023 e ondas de calor como as sofridas em grandes cidades brasileiras são a cara mais cruel de um processo que veio para ficar e sob o qual a humanidade tem sido alertada de forma desesperada por cientistas do mundo inteiro: as mudanças climáticas e o aquecimento global.

Apesar de existir quase um consenso na comunidade científica e nos organismos internacionais de que as mudanças estruturais já não são mais uma opção e sim um imperativo, algumas das soluções que vêm sendo construídas, sobretudo com o objetivo de reduzir a emissão de gases do efeito estufa, tendem a aprofundar desigualdades existentes e perpetuar o sistema atual. Para os a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos, como o Sindipetro Unificado, o caminho é a Transição Energética Justa.

Tal como afirmam pesquisadores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em artigo publicado no boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*, essa transição é uma transição que deve considerar as diferenças entre os países, comunidades e regiões, contemplar o grau de desenvolvimento desses locais e as gigantescas diferenças na emissão de gases do efeito estufa. É ao mesmo

tempo uma transição que deve garantir a participação intensa dos trabalhadores e trabalhadoras que serão afetados pelas mudanças, direta ou indiretamente.

TAREFA DE CASA

A Petrobrás sobreviveu - não sem sequelas - à feroz ofensiva que desde 2016 tenta lhe arrancar seu caráter estatal, federal e integrado, e a tentou converter numa máquina de dividendos restrita à exploração petrolífera.

Após a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição de 2022, a preocupação com o meio ambiente voltou a ter destaque na visão da Companhia e no Plano Estratégico 2024-2028 e grandes assuntos relacionados à pauta voltaram ao centro da cena, como a descarbonização e a transição energética.

Para o geógrafo, engenheiro ambiental na Recap e diretor da Regional Mauá do Sindipetro Unificado, Renato Felipe, “ainda falta muito por avançar e é necessário que a Petrobrás assuma o protagonismo no processo de transição energética justa no Brasil”.

Porém, Felipe alerta para assuntos “menores”, que podem parecer triviais, mas são fundamentais na construção diária de uma empresa comprometida com o Meio Ambiente: “existem aspectos e impactos ambientais próprios das unidades produtivas da companhia, e que não podem ser

negligenciados. Nas refinarias e terminais, por exemplo, esses detalhes podem estar em um pequeno vazamento, em um resíduo disposto em um local impróprio, em uma fumaça escura na tocha, em um descarte de efluente tóxico para a estação de tratamento, em uma inundação, emissão excessiva de material particulado pela chaminé, na queda de galhos e árvores, dentre outros fatores”.

São muitos os desafios ainda no caminho rumo à uma transformação das estruturas, transformação que se faz urgente para tentar mitigar ao máximo os graves impactos das mudanças climáticas no Brasil e no mundo.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA:



Foto: Guilherme Weimann



Medida beneficia principalmente aposentados e pensionistas

LUTA GARANTE AVANÇOS SIGNIFICATIVOS NA AMS

Nova proposta de custeio traz benefícios relevantes aos beneficiários

Por Vitor Peruch, com informações da FUP

A Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) está passando por um período de importantes mudanças que trazem grandes benefícios à categoria. Em processo de aprovação nas assembleias sindicais, essas alterações focam na redução de custos e melhorias nos benefícios oferecidos.

O Conselho Deliberativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e os representantes do RH da Petrobrás trabalharam juntos para desenvolver uma proposta que visa diminuir os descontos abusivos e garantir maior unidade nacional. Esta proposta foi elaborada para reduzir o valor mensal do desconto do Grande Risco e estabelecer uma nova margem

consignável mais justa.

ENTENDA O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

Devido à substituição da CGPAR 42/49 pela CGPAR 52, que retirou o teto de contribuição de 50% para os planos de saúde das empresas estatais, e conforme previsto no atual ACT 2023/2025, na sua cláusula 37, caput e inciso "I" do parágrafo 13, os gerentes do RH da Petrobrás apresentaram a proposta de uma nova tabela de desconto do Grande Risco. Essa proposta alteraria a relação de custeio da AMS de 60% para a Petrobrás e suas

subsidiárias e 40% para os beneficiários da AMS, para respectivamente, 70% x 30%, além da exclusão da contribuição adicional no mês de novembro, nos demais meses do ano (duodecimação).

Com essa nova tabela, haveria uma redução de 16% no valor mensal do desconto do Grande Risco. Entretanto, o percentual correto de redução no desconto mensal deveria ser 19%. Isso porque a nova relação de custeio reduziria em 25% o desconto mensal do Grande Risco. Já a incorporação da parcela adicional de novembro aumentaria esse mesmo desconto em 8,33%, resultando numa redução de 19% ao invés de 16%.



Os representantes da empresa alegaram que essa menor redução seria necessária para evitar um déficit no custeio da AMS no exercício de 2024. Posteriormente, na reunião da Comissão Tripartite, prevista na Cláusula 108 do atual ACT, os representantes do RH da Petrobrás propuseram a implantação e unificação de um novo limite de desconto de 15% do salário ou benefício líquido para todos os beneficiários da AMS, ressalvadas as situações previstas no próprio ACT, condicionada a redução da tabela em 16%. Desta forma, confira abaixo os principais avanços e ganhos para a categoria:

REDUÇÃO DA MENSALIDADE DO GRANDE RISCO

Um dos principais pontos da proposta é a redução de 16% no valor mensal do desconto do Grande Risco, que abrange internações, operações e cirurgias. A Petrobrás se comprometeu a retornar ao modelo de custeio histórico de 70% x 30%, que havia sido alterado para 60% x 40% durante o governo anterior. Esta mudança será retroativa a abril, trazendo alívio financeiro imediato aos beneficiários.

ELIMINAÇÃO DA 13ª PARCELA

Além da redução do desconto mensal, outra conquista importante é a eliminação da 13ª parcela, anteriormente cobrada no mês de novembro. Esta medida contribuirá para diminuir ainda mais o impacto financeiro anual sobre os beneficiários.

NOVA MARGEM CONSIGNÁVEL

Outro avanço significativo é a revisão da margem consignável. O novo acordo garante que os descontos limitados pela margem previstos no ACT, não ultrapassem 15% do salário ou benefício líquido, inclusive para a ativa e independente de priorização ou no da Petros, proporcionando maior segurança financeira aos beneficiários. Atualmente em torno de 34 mil famílias estão na prática com o limite de margem para desconto da AMS em 13% e 78 mil de 30%. Quando olhamos para assistidos da Petros, mesmo com os processos judiciais, esse número é de 31 mil famílias na margem de 13% e em torno de 27 mil em 30%. Portanto, mesmo para aqueles que terão aumento de 2% na margem, de 13% para 15% pela estabilidade jurídica e o nivelamento nacional é uma mudança benéfica para a categoria como um todo. O diretor do Sindipetro Unificado, Steve

Austin, falou sobre os importantes avanços conquistados: “Alcançamos um acordo para a Petrobrás implementar a divisão de custeio 70x30. Com isso, veremos uma redução de 16% na mensalidade do grande risco, a eliminação da 13ª parcela em novembro, e outra excelente notícia é que a margem de desconto de todos os custos da AMS, anteriormente 30%, será reduzida para 15%”.

As mudanças propostas trarão alívio financeiro imediato e a longo prazo para os beneficiários da AMS. A redução dos custos mensais do Grande Risco e a eliminação da 13ª parcela, juntamente com a nova margem consignável de 15%, representam um avanço significativo na luta por uma assistência médica mais justa e acessível.

Essas medidas estão atualmente em processo de aprovação nas assembleias

sindicais, onde os trabalhadores terão a oportunidade de deliberar sobre a implementação dessas propostas. Se aprovadas, as mudanças entrarão em vigor a partir de julho, com efeito retroativo a abril.

Ainda segundo Austin, as recentes negociações entre a FUP e a Petrobrás resultaram em avanços para os beneficiários da AMS. A redução dos custos do Grande Risco, a eliminação da 13ª parcela e a nova margem consignável de 15% são medidas que, segundo ele, “refletem um esforço conjunto para melhorar as condições de assistência médica”, além de garantir maior segurança financeira aos trabalhadores: “Estas conquistas marcam um passo importante na construção de um sistema de saúde mais justo e eficiente para todos os beneficiários da AMS”, finalizou o Diretor do Sindipetro Unificado.



Categoria pressiona por mudanças urgentes enquanto agoniza com equacionamentos

A LUTA DOS APOSENTADOS DA PETROS

Aposentados sofrem com descontos abusivos e clamam por soluções. A reportagem do Sindipetro Unificado falou com membros do GT, que concluiu seus trabalhos; novos atos são convocados para pressionar a Petrobrás

Por Vitor Peruch

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás, tem sido um pilar de segurança para muitos aposentados. Porém, nos últimos anos, a realidade mudou drasticamente. Por conta de déficits significativos, os aposentados começaram a sentir no bolso os efeitos dos planos de equacionamento (PEDs), que resultaram em descontos pesados em seus benefícios e o trabalhador que entregou a sua vida laboral à Petrobrás, se vê sem saída para cobrir seus custos de vida. Para entender melhor essa situação e o que está sendo feito para reverter esse quadro, conversamos com Luiz Felipe Fonseca e Paulo Neves, ambos envolvidos diretamente na busca por soluções.

Como resultado da pressão das entidades representativas, que organizaram atos e mobilizações para sua criação, o Grupo de Trabalho (GT) da Petros foi criado com o objetivo de encontrar maneiras legais e viáveis de a Petrobrás aportar recursos para cobrir os déficits do plano, sem exigir a mesma proporção de contribuição dos participantes. Em nota divulgada à categoria em 31/05, o Fórum em Defesa dos Participantes e Assistidos da Petros informou sobre a conclusão do GT e os próximos passos.

Após meses de discussões, o GT apresentou alternativas para eliminar os equacionamentos dos Planos Petros do Sistema Petrobrás (PPSP-R e PPSP-NR), enfrentando desafios impostos pela legislação e órgãos reguladores.

Embora não tenha havido consenso, duas propostas do Fórum e uma da Petrobrás foram elaboradas, visando uma solução que alivie financeiramente os participantes e assistidos. Um seminário nacional está agendado para os dias 18 e 19 de junho, seguido de um grande ato no dia 20 que será o início de uma vigília permanente e atos pipocas nas bases, para pressionar a Petrobrás a apresentar uma proposta que realmente elimine os equacionamentos e garanta os direitos dos participantes.

RAÍZES DO DÉFICIT

Luiz Felipe Fonseca, assessor previdenciário de diversas entidades representativas e participante do Plano Petros, compartilhou a complexa trajetória que levou ao atual cenário de déficits. “A Petros passou por um momento muito difícil, especialmente na gestão anterior, que focou em cortar custos sem



se preocupar com a qualidade dos serviços”, explicou Felipe. A terceirização do atendimento, por exemplo, resultou em respostas lentas e imprecisas, prejudicando ainda mais os aposentados.

Felipe apontou três principais causas para os déficits: mudanças nas hipóteses atuariais, baixa rentabilidade dos investimentos em determinados períodos, e um grande número de ações judiciais movidas por participantes em busca de aumentos nos benefícios. “A expectativa de vida aumentou, o que elevou os custos do plano. Além disso, a redução na taxa de juros de referência diminuiu a rentabilidade dos investimentos, exigindo maiores contribuições para manter os mesmos benefícios”, detalhou Felipe.

Os PEDs trouxeram um impacto direto e doloroso para os aposentados. Muitos viram suas rendas serem drasticamente reduzidas devido aos descontos mensais necessários para cobrir os déficits. “É um problema que começou há cerca de 10 anos, mas os efeitos se intensificaram quando a legislação mudou e os déficits passaram a ser rateados entre todos”, explicou.

TRABALHOS DO GT E PERSPECTIVAS FUTURAS

O Grupo de Trabalho (GT) da Petros tem sido uma esperança para encontrar soluções.

Paulo Neves, diretor da FUP e integrante do GT, falou sobre as dificuldades enfrentadas. “Um dos maiores desafios é encontrar uma forma legal para que a Petrobrás coloque mais dinheiro no plano sem exigir a mesma proporção dos participantes”, explicou Neves. Ele também destacou a dificuldade de conciliar os interesses divergentes dos diversos grupos envolvidos.

Embora ainda não haja consenso, há uma proposta de criar um novo plano, equilibrando os interesses da Petrobrás e dos participantes. “Sou otimista por natureza e acredito que podemos alcançar um bom desfecho, talvez reduzindo significativamente a parcela que os participantes pagam atualmente,” disse Felipe.

AÇÕES NECESSÁRIAS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Para Neves, é essencial que a Petrobrás e o governo federal, como acionista majoritário, reconheçam a gravidade do problema. “Os valores pagos pelos aposentados estão comprometendo absurdamente o orçamento das famílias. Os trabalhadores contribuíram ao longo de toda a sua vida laboral na expectativa de uma aposentadoria digna e não têm culpa pelos déficits,” enfatizou. Ele acredita que é necessário um aporte financeiro substancial da Petrobrás e a adoção de um novo plano que garanta benefícios vitalícios.

Diante da insatisfação dos aposentados, Neves vê a mobilização como um caminho crucial. “Precisamos pressionar a gestão da empresa através de mobilizações que envolvam toda a categoria, lembrando que os trabalhadores da ativa de hoje serão os aposentados de amanhã,” destacou. As entidades que compõem o GT estão organizando um seminário sobre as propostas elaboradas, que culminará com um grande ato e vigília permanente em frente ao EDISEN até que uma solução justa seja apresentada.

A situação da Petros é complexa e afeta profundamente a vida dos aposentados. As medidas tomadas até agora, como os PEDs, trouxeram alívio financeiro temporário para o fundo, mas à custa do bem-estar dos aposentados. O trabalho do GT e a pressão contínua sobre a Petrobrás e o governo são fundamentais para encontrar uma solução que equilibre os interesses de todos os envolvidos e garanta uma aposentadoria digna para aqueles que contribuíram tanto durante suas vidas profissionais.

A esperança é que, com esforço conjunto e mobilização, seja possível reverter esse quadro e proporcionar um futuro mais seguro para todos os participantes da Petros.



Foto: Davi Macedo

A luta dos trabalhadores foi fundamental para a retomada da fábrica

VITÓRIA DA CATEGORIA PETROLEIRA: PETROBRÁS ANUNCIA REABERTURA DA FAFEN-PR

Luta dá seus frutos e estatal anuncia oficialmente a reativação da fábrica hibernada pelo governo de Bolsonaro; previsão é de retomada no segundo semestre de 2025

[Da Comunicação da FUP]

Após mais de quatro anos de luta dos petroleiros e petroleiras, finalmente a boa notícia foi oficializada: a Petrobrás vai reabrir a Fábrica de Fertilizantes do Paraná. Em comunicado divulgado na noite desta quinta-feira (6), a empresa informou que sua Diretoria Executiva aprovou o retorno das atividades operacionais da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A (ANSA), subsidiária da companhia, que tinha sido hibernada pelo governo de Jair Bolsonaro em 2020, deflagrando uma das maiores greves da história da categoria.

Segundo informou a companhia, serão iniciados de forma imediata os processos iniciados para retomar as atividades da fábrica, como a publicação dos editais para a contratação dos serviços de manutenção. Ao mesmo tempo, na mesma decisão, a Petrobrás autoriza à ANSA a contratar os antigos empregados. A previsão divulgada pela companhia é de que a fábrica seja reaberta no segundo semestre de 2025.

Para Ademir Silva, conhecido na categoria como Mãozinha, diretor do Sindiquímica PR e da FUP, essa “é uma vitória da luta dos trabalhadores, que resistimos, não

desistimos e fomos atrás da nossa dignidade e nossos direitos, demonstrando que a luta sempre vale a pena”. Mas o impacto é maior: “Essa é uma vitória para o Sistema Petrobrás para o Brasil, voltar para o setor de fertilizantes é um grande passo para o fortalecimento da Petrobrás e da nossa soberania alimentar”. O dirigente destaca também a importância da articulação política para atingir o objetivo: “Além de nossa luta incansável, foi muito importante a disposição da gestão do governo do presidente Lula, de diretores da Petrobrás, que se mostraram favoráveis à ideia de reabrir a fábrica e à intermediação do Ministério Público do Trabalho (MPT)”.

A reabertura da Fafen PR e o retorno dos trabalhadores demitidos têm sido prioridade da FUP e de seus sindicatos, desde a histórica greve de fevereiro de 2020. Ao longo dos últimos quatro anos, essa pauta esteve presente em cada ato e mobilização da categoria; em denúncias, representações e ações jurídicas; em diversas audiências e articulações políticas, reuniões com representantes do governo e gestores da Petrobrás.

A greve de 2020 foi fundamental em todo esse processo, e manteve acesa a chama da resistência. Após o governo Bolsonaro anunciar o fechamento da fábrica, em janeiro de 2020, os petroquímicos permaneceram acampados em frente à fábrica de Araucária, se revezando em uma vigília permanente para impedir o fechamento da unidade, que durou mais de 30 dias. Na sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, quatro dirigentes da FUP e um diretor do Sindiquímica PR ocuparam por 21 dias uma sala do andar da Gerência de Recursos Humanos, cobrando negociação para buscar alternativas para preservar os empregos. Mesmo após o fechamento, o espírito de unidade da greve inspirou a categoria e foi sustento fundamental para manter viva a esperança e afrontar os difíceis quatro anos de luta que permitiram a reativação da fábrica. A reabertura da Fafen Paraná e o resgate da dignidade dos companheiros petroquímicos são legado dessa luta e, acima de tudo, mantêm acesa a chama da resistência.